

A EUROPA CAMINHA SONÂMBULA PARA OUTRA GUERRA MUNDIAL

Por Boaventura de Sousa Santos*



A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, o primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e o presidente da França, Emmanuel Macron, caminham ao longo do calçadão durante a cúpula do G7 em Carbis Bay, na Cornualha, sudoeste da Inglaterra, em 11 de junho de 2021 (Phil Noble/AFP via Getty Images).

Os europeus nunca se sentiram tão fortes, tão próximos de seu grande parceiro, e tão seguros de estar do lado certo da história. Pelas lentes não-europeias, no entanto, a Europa e os EUA estão sozinhos, provavelmente capazes de vencer uma batalha, mas a caminho de uma derrota certa na guerra da história.

Mais de 100 anos após a Primeira Guerra Mundial, os líderes da Europa caminham como sonâmbulos em direção a uma nova guerra total. Em 1914, os governos europeus acreditavam que a guerra duraria três semanas; durou quatro anos e resultou em mais de 20 milhões de mortes. A mesma indiferença é visível com a guerra na Ucrânia. A visão dominante é que o agressor deve ser quebrado e humilhado. A potência então derrotada era a Alemanha. Algumas vozes dissidentes, como John Maynard Keynes, sentiram que a humilhação da Alemanha seria um desastre. Seus avisos foram ignorados. Vinte e um anos depois, a Europa estava de volta à guerra, que dessa vez durou seis anos e matou 70 milhões de pessoas. A história não se repete nem parece nos ensinar nada, mas ilustra semelhanças e diferenças.

Os cem anos anteriores a 1914 ofereceram à Europa uma relativa paz. As guerras que ocorreram foram de curta duração. A razão para isso foi o Congresso de Viena (1814-15), que reuniu os vencedores e os vencidos das guerras napoleônicas para criar uma paz duradoura. O presidente da conferência foi Klemens von Metternich, que garantiu que a potência derrotada (França) pagasse por suas ações com

perdas territoriais, mas que assinasse o tratado junto com a Áustria, Inglaterra, Prússia e Rússia para garantir a paz com dignidade.

NEGOCIAÇÃO OU DERROTA TOTAL

Enquanto as guerras napoleônicas ocorreram entre potências europeias, a guerra de hoje é entre uma potência europeia (Rússia) e uma não-europeia (Estados Unidos). É uma guerra por procuração, com ambos os lados usando um terceiro país (Ucrânia) para atingir objetivos geoestratégicos que vão muito além do país em questão e do continente ao qual pertence. A Rússia está em guerra com a Ucrânia porque é uma guerra com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que é comandada pelos Estados Unidos. A OTAN tem estado a serviço dos interesses geoestratégicos dos EUA.

Outrora defensora inabalável da autodeterminação dos povos, a Rússia agora está sacrificando ilegalmente esses mesmos princípios para afirmar suas próprias preocupações de segurança, depois de não conseguir reconhecê-los por meios pacíficos e por uma nostalgia imperial indisfarçada. De sua parte, desde o fim da primeira guerra fria, os EUA têm se esforçado para aprofundar a derrota da Rússia, uma derrota que de fato foi provavelmente mais auto infligida do que provocada por qualquer superioridade por parte de seu oponente.

Do ponto de vista da OTAN, o objetivo da guerra na Ucrânia é infligir uma derrota incondicional à Rússia, de preferência uma que leve à mudança de regime em Moscou. A duração da guerra depende desse objetivo. Onde está o incentivo da Rússia para acabar com a guerra quando o primeiro-ministro britânico Boris Johnson se permite dizer que as sanções contra a Rússia continuarão, não importa qual seja a posição da Rússia agora? Seria suficiente que o presidente russo Vladimir Putin fosse deposto (como foi o caso de Napoleão em 1815), ou é verdade que os países da OTAN insistem na deposição da própria Rússia para que a expansão da China possa ser interrompida?

Houve também mudança de regime na humilhação da Alemanha em 1918, mas tudo acabou levando a Hitler e a uma guerra ainda mais devastadora. A imagem de grandeza política do presidente ucraniano Volodymyr Zelensky pode ser interpretada como um reconhecimento ao bravo patriota que defende seu país do invasor até a última gota de sangue ou ao bravo patriota que, diante da iminência de tantas mortes inocentes e a assimetria na força militar, consegue com sucesso o apoio de seus aliados para negociar ferozmente para garantir uma paz digna. O fato de a construção anterior ser agora a predominante provavelmente tem pouco a ver com as preferências pessoais do presidente Zelensky.

ONDE ESTÁ A EUROPA?

Durante as duas guerras mundiais do século 20, a Europa era o centro autoproclamado do mundo. É por isso que chamamos as duas guerras de guerras mundiais. Cerca de quatro milhões de soldados da Europa eram de fato africanos e asiáticos. Muitos milhares de mortes de não-europeus foram o preço pago pelos

habitantes das remotas colônias dos países envolvidos, sacrificados em uma guerra que não lhes dizia respeito.

Agora, a Europa é apenas um pequeno canto do mundo, que a guerra na Ucrânia tornará ainda menor. Durante séculos, a Europa foi apenas a ponta ocidental da Eurásia, a imensa massa de terra que se estendia da China à Península Ibérica e testemunhava a troca de conhecimentos, produtos, inovações científicas e culturas.

Muito do que mais tarde foi atribuído ao excepcionalismo europeu (da revolução científica do século XVI à revolução industrial do século XIX) não pode ser entendido, nem teria sido possível, sem essas trocas centenárias. A guerra na Ucrânia – especialmente se durar muito tempo – corre o risco não apenas de amputar uma das potências históricas da Europa (Rússia), mas também de isolá-la do resto do mundo, notadamente da China.

O mundo é muito maior do que você consegue ver através de lentes europeias ou norte-americanas. Vendo através dessas lentes, os europeus nunca se sentiram tão fortes, tão próximos de seu parceiro maior, tão seguros de estar do lado certo da história, com todo o planeta sendo governado pelas regras da “ordem liberal”, um mundo finalmente se sentindo forte o suficiente para sair em breve e conquistar – ou pelo menos neutralizar – a China, depois de ter destruído seu principal parceiro, a Rússia.

Vendo através de lentes não-europeias, por outro lado, a Europa e os EUA estão altivamente sozinhos, provavelmente capazes de vencer uma batalha, mas a caminho de uma derrota certa na guerra da história. Mais da metade da população mundial vive em países que decidiram não aderir às sanções contra a Rússia. Muitos dos Estados membros das Nações Unidas que votaram (com razão) contra a invasão ilegal da Ucrânia o fizeram com base em sua experiência histórica, que consistia em serem invadidos, não pela Rússia, mas pelos EUA, Inglaterra, França ou Israel. A decisão deles não foi ditada por ignorância, mas por precaução.

Como podem confiar nos países que criaram o SWIFT – um sistema de transferência financeira destinado a proteger transações econômicas contra interferência política – apenas para acabar removendo um país desse sistema por motivos políticos? Países que se arrogam o poder de confiscar as reservas financeiras e de ouro de nações soberanas como o Afeganistão, a Venezuela e agora a Rússia? Países que alardeiam a liberdade de expressão como um sacrossanto valor universal, mas recorrem à censura quando são expostos por ela? Países que supostamente prezam pela democracia e ainda assim não têm escrúpulos em dar um golpe sempre que uma eleição vai contra seus interesses? Países aos quais o “ditador” Nicolás Maduro se torna parceiro comercial da noite para o dia porque as circunstâncias mudaram?

O mundo não é mais um lugar de inocência – se é que já o foi.

Este artigo foi produzido pela [Globetrotter](#).

***Boaventura de Sousa Santos** é Doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale, Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Universidade de Wisconsin-Madison. Foi também Global Legal Scholar da Universidade de Warwick e Professor Visitante do Birkbeck College da Universidade de Londres. É Diretor Emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa.
